

Análise de Balanços

Cláudio Alves



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

Pequeno Histórico

O estudo da Técnica Contábil Análise de Balanços teve início a partir da necessidade dos profissionais que trabalham em bancos verificarem a situação econômico-financeira que os bancos se encontravam.

Os Estados Unidos foram os percursores daquela, então, nova técnica que passou a ser uma ação fundamental, não somente para análise interna do patrimônio do banco, mas também, como uma ferramenta para verificação da situação em que se encontravam as empresas interessadas em empréstimos bancários.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

No Brasil a utilização da Análise de Balanços teve início na década de 70, com o objetivo de extrair informações das demonstrações financeiras para tomada de decisões, cujo produto final é o Relatório, que em linhas gerais deverá revelar a situação econômica e financeira da empresa.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

Necessidade

Por meio da Análise de Balanços é possível avaliar o desempenho da gestão econômica, financeira e patrimonial das empresas, quanto aos períodos passados, confrontando-o ou não com metas ou diretrizes preestabelecidas.

Utilizando-se essa Técnica Contábil pode-se, ainda, realizar comparações com as tendências em que as empresas estejam inseridas, determinando perspectivas futuras de rentabilidade ou continuidade dos negócios, possibilitando aos gestores tomarem decisões de financiamentos e investimentos, assim como implementarem mudanças de práticas, se as tendências projetadas sinalizem um cenário não condizente com as políticas até então estabelecidas, ou até mesmo implementar o estabelecimento de novos rumos.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

Ainda que a Análise de Balanços não seja exigida por lei, a mesma é essencial para que se possa ter uma visão real da situação econômico-financeira de uma Entidade Econômico-Administrativa, tanto em termos atuais, quanto suas variações ao longo do tempo.

A Análise das Demonstrações Financeiras, que consiste na técnica de obtenção, comparação e interpretação de indicadores que se apresentam sob forma de coeficientes, números índices ou quocientes calculados a partir de itens extraídos das demonstrações contábeis, a fim de que se possa diagnosticar a situação econômica, financeira, patrimonial e de desempenho operacional da entidade à qual se referem as demonstrações objeto da análise.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

Os usuários das informações fornecidas pela análise de balanços são os administradores das entidades, que por meio dessas informações podem avaliar a situação real do patrimônio, como também, os resultados econômicos auferidos nas operações sociais, a fim de que possam direcionar suas decisões no sentido da otimização do desempenho que se espera da entidade como um todo.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

O objetivo da Análise das Demonstrações Financeiras é tão somente buscar meios para alcançar seus fins. Para tanto, utiliza cálculos de número índices, coeficientes de participação e quocientes, a partir de elementos extraídos das demonstrações contábeis, que servem de fontes de dados para essa Técnica Contábil, representando seu objeto.

Já a finalidade (meta a atingir) da Análise de Balanços, pode ser representada como a avaliação da situação econômica, financeira e de desempenho da entidade cujas demonstrações estão sendo analisadas.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

Interpretação dos Indicadores Obtidos

Antes de dar início a qualquer análise contábil, o analista deve atentar para alguns aspectos fundamentais, tais como:

- a) Se a empresa opera simultaneamente em vários ramos de atividade;
- b) A possibilidade da existência de manipulação das demonstrações contábeis;
- c) Se as notas explicativas relatam os fatos que não são esclarecidos pelas demais demonstrações;
- d) Cuidado com a correta interpretação de índices;
- e) Necessidade de reclassificação de contas do Balanço Patrimonial;



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

- f) Não considerar qualquer indicador isoladamente;
- g) Apreciar os indicadores em uma série de anos, pelo menos 3 (três);
- h) Comparar os índices encontrados com índices-padrão, ou seja, índices das empresas concorrentes.

Ainda que a Análise de Balanços tenha por base indicadores obtidos através de cálculos matemáticos, ainda assim, não é considerada uma técnica exata, uma vez que não há forma científica comprovada para relacionar os indicadores de maneira a se dar um diagnóstico irrefutável do perfil econômico-financeiro da entidade portadora das demonstrações analisadas.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

Diante do exposto, podemos dizer que a Análise de Balanços pode ser interpretada como uma técnica de obtenção de dados úteis fornecidos pelas administrações contábeis para o propósito que se deseja alcançar, e que com o mesmo conjunto desses indicadores obtidos, analistas diferentes podem chegar a conclusões próximas, mas sim, na esmagadora maioria das vezes, exatamente iguais ou totalmente distintas.

É bem mais provável que os analistas cheguem a pareceres semelhantes, sobre as demonstrações contábeis de determinada empresa, quando o fazem de modo isolado ao invés de interpretação conjunta de vários índices ou quocientes utilizados em uma mesma empresa.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

(EBSERHE – CESPE – 2018 – Contabilidade) Em relação aos conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade, julgue o item subsequente.

A análise de balanços não é considerada uma técnica contábil, tendo em vista que foi formulada e desenvolvida no âmbito da administração financeira.

☐ Certo

☐ Errado

X



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

Principais Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas.

Principais procedimentos preliminares na análise das DCs:

- a) Eliminar as distorções provocadas pela inflação nos valores constantes das demonstrações contábeis;
- b) Reclassificar algumas contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, a chamada padronização; e
- c) Fazer um comparativo com padrões pré-estabelecidos



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

Governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias, por exemplo, podem determinar especificamente exigências para atender a seus próprios interesses. Essas exigências, no entanto, não devem afetar as demonstrações contábeis elaboradas segundo o Pronunciamento Contábil CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

Demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve esta Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

Demonstrações contábeis elaboradas com tal finalidade satisfazem as necessidades comuns da maioria dos seus usuários, uma vez que quase todos eles utilizam essas demonstrações contábeis para a tomada de decisões econômicas, tais como:



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

- a) decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais;
- b) avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas;
- c) avaliar a capacidade de a entidade pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios;
- d) avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;
- e) determinar políticas tributárias;
- f) determinar a distribuição de lucros e dividendos;
- g) Elaborar e usar estatísticas da renda nacional; ou
- h) regulamentar as atividades das entidades.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

As demonstrações contábeis são mais comumente elaboradas segundo modelo baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal. Outros modelos e conceitos podem ser considerados mais apropriados para atingir o objetivo de proporcionar informações que sejam úteis para tomada de decisões econômicas, embora não haja presentemente consenso nesse sentido.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08 – temos:

A entidade deve aplicar o presente Pronunciamento caso suas primeiras demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei no. 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, se refiram a um período ou a um exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2008.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

As exigências de ajustes trazidos pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 não se enquadram como mudança de circunstâncias, estimativas ou evento econômico subsequente, pois decorrem de processo normativo em direção às Normas Internacionais de Contabilidade. Assim, este Pronunciamento considera que os ajustes devem ser contabilizados de acordo com as disposições contábeis aplicáveis à mudança de critério (ou prática) contábil. A esse respeito, o § 1º do art. 186 da Lei nº 6.404/76 determina que os correspondentes ajustes iniciais devem ser contabilizados na conta de lucros ou prejuízos acumulados.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

A norma sobre “Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros” requer que, além de discriminar os efeitos da adoção da nova prática contábil na conta de lucros ou prejuízos acumulados, a entidade deve demonstrar o balanço de abertura para cada conta ou grupo de contas relativo ao período mais antigo apresentado para fins de comparação, bem como os demais valores comparativos apresentados, como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso. Todavia, para fins da aplicação inicial da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, este Pronunciamento desobriga as entidades quanto à aplicação dessa norma, ou seja, ao aplicar a Lei pela primeira vez, as entidades são requeridas apenas a aplicar o § 1º. do art. 186 acima referido.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

A entidade deve elaborar balanço patrimonial inicial na data de transição para as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, que é o ponto de partida para sua contabilidade de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Esse balanço patrimonial inicial deve ser elaborado de acordo com os termos deste Pronunciamento. Por exemplo: para uma entidade que tem seu exercício social coincidente com o ano-calendário, a data-base das primeiras demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil é 31 de dezembro de 2008. Nesse caso, a data de transição dependerá da opção feita pela entidade, constante dos itens 3 e 4, considerando que:



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

a) se optar por seguir estritamente o § 1º do art. 186 da Lei nº 6.404/76, a data de transição será a abertura em 1º de janeiro de 2008 ou o encerramento em 31 de dezembro de 2007;

b) se optar por reapresentar cifras comparativas ajustadas conforme a norma “Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros”, a data de transição será o início do exercício mais antigo apresentado, ou seja, a abertura em 1º de janeiro de 2007 ou o encerramento em 31 de dezembro de 2006.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

De acordo com a Lei 6404/76, temos:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício; e

IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e [\(Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. [\(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

§ 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

§ 2º Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes".

§ 3º As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia-geral.

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

§ 5º As notas explicativas devem:

I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

IV – indicar:

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; [Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009](#)

b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único); [Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009](#)

c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º); [Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009](#)

d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

f) o número, espécies e classes das ações do capital social; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia. [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;

II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;

III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

§ 1º Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

§ 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.



Introdução ao Estudo da Análise de Balanços

(IADES – CFM – 2018 – Contabilidade) Em relação à análise das demonstrações financeiras, assinale a alternativa correta.

a) A análise de balanços atende usuários de diversas categorias, mas que  têm um objetivo comum.

b) Entre os procedimentos preliminares para a análise de balanços, inclui-se a eliminação dos efeitos inflacionários das demonstrações contábeis.

c) A análise vertical evidencia a evolução, ao longo do tempo, dos grupos das demonstrações contábeis.

d) A análise horizontal permite avaliar a participação relativa de cada grupo da demonstração financeira no total do ativo ou do passivo.

e) Para se proceder à análise por quocientes, calculam-se os números-índices com a adoção de exercício mais antigo como índice-base 100.



Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

Uma das mais tradicionais Demonstração Contábil, é utilizada em larga escala na verificação da situação econômico-financeira das empresas, fornecendo dados para Análises Vertical e Horizontal, bem como Análise de Índices.

Antes de falarmos da Legislação que trata deste assunto, vamos a alguns conceitos importantes:

Curto prazo - todos os bens e direitos realizáveis em moeda ou passíveis de conversão e as obrigações com vencimento **até o término** do exercício social (ano) seguinte.



Demonstrações Contábeis

Obs.: pode acontecer de a entidade ter o ciclo operacional com duração maior do que o período de 12 meses, dessa forma a classificação como curto ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

Longo prazo - todos os bens e direitos realizáveis em moeda ou passíveis de conversão e as obrigações com vencimento **após o término** do exercício social (ano) seguinte.



Demonstrações Contábeis

Grau de liquidez - é o maior ou menor prazo no qual os *Bens* e os *Direitos* podem ser transformados em dinheiro. Ex.: conta Caixa é a de maior liquidez, por já ser dinheiro. Já a conta Veículos é de menor liquidez que a conta Caixa, pois demora mais para se transformar em dinheiro (primeiro precisa-se vender o veículo para depois ter o dinheiro em mãos).

Nível de exigibilidade - é o maior ou menor prazo existente para que as *Obrigações* sejam pagas. As contas que deverão ser pagas mais rapidamente (curto prazo) têm um maior nível de exigibilidade do que as contas que serão liquidadas (pagas) em um prazo maior (longo prazo).



Demonstrações Contábeis

Realizável - representa tudo o que se pode mudar, converter, transformar em disponibilidade (dinheiro), sendo uma expressão usada no Ativo. Exemplo: uma duplicata de cliente é um direito realizável e em um determinado momento ela se transformará em dinheiro.



Demonstrações Contábeis

O Balanço Patrimonial representa uma das mais importantes Demonstrações Contábeis, de acordo com a Lei 6.404/76 e suas alterações, a partir do seu artigo 178, define o Balanço Patrimonial, bem como estabelece sua estrutura. Vamos observar “ao pé da letra” o que a referida Lei diz:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.



Demonstrações Contábeis

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I – ativo circulante; e [Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009](#)

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. [Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009](#)

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:



Demonstrações Contábeis

I – passivo circulante; [Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009](#)

II – passivo não circulante; e [Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009](#)

III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. [Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009](#)

§ 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.



Demonstrações Contábeis

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;



Demonstrações Contábeis

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens; [\(Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)



Demonstrações Contábeis

V – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. [\(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.



Demonstrações Contábeis

Passivo Exigível

Art. 180. As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179 desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)



Demonstrações Contábeis

Patrimônio Líquido

Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;

b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;

§ 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não-capitalizado.



Demonstrações Contábeis

§ 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

§ 4º Serão classificados como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia.

§ 5º As ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.



Demonstrações Contábeis

CrITÉRIOS de Avaliação do Ativo

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:



Demonstrações Contábeis

I - as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo: [\(Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

a) pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito; [\(Incluída pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)



Demonstrações Contábeis

II - os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior;

III - os investimentos em participação no capital social de outras sociedades, ressalvado o disposto nos artigos 248 a 250, pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente, e que não será modificado em razão do recebimento, sem custo para a companhia, de ações ou quotas bonificadas;



Demonstrações Contábeis

IV - os demais investimentos, pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior;

V - os direitos classificados no imobilizado, pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão;



Demonstrações Contábeis

VI – (revogado); [Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009](#)

VII – os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização; [Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007](#)

VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. [Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007](#) [\(Vide Lei nº 12.973, de 2014\)](#)



Demonstrações Contábeis

§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo: [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;

b) dos bens ou direitos destinados à venda, o preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro;



Demonstrações Contábeis

c) dos investimentos, o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros.

d) dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro: [\(Incluída pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)



Demonstrações Contábeis

1) o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares; [\(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

2) o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou [\(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

3) o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros: [\(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)



Demonstrações Contábeis

§ 2º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente nas contas de: [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

a) depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;



Demonstrações Contábeis

b) amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

c) exaustão, quando corresponder à perda do valor, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.



Demonstrações Contábeis

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou [\(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)



Demonstrações Contábeis

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. [\(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

§ 4º Os estoques de mercadorias fungíveis destinadas à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando esse for o costume mercantil aceito pela técnica contábil.



Demonstrações Contábeis

CrITÉrios de Avaliação do Passivo

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

I - as obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive Imposto sobre a Renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço;

II - as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço;



Demonstrações Contábeis

III – as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

Demonstrações Contábeis

Grupos					
X1			X0		
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Não Circulante			Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo			Patrimônio Líquido		
Investimentos			Capital Social		
Imobilizado			Reservas de Capital		
Intangível			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
			Reservas de Lucros		
			Lucros ou Prejuízos Acumulados		



Demonstrações Contábeis

(IDIB – CRF-RJ – Contador) Segundo a NBC ITG 2002(R1), as demonstrações contábeis que devem ser divulgadas são:

- ➡ a) Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas;
- b) Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Resultados Acumulados, a Demonstração do Resultado do Período;
- c) Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período e Fluxo de Caixa;
- d) Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período e Demonstração das mutações do Patrimônio Social.



Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis



Análise das Demonstrações Contábeis



Análise das Demonstrações Contábeis



Análise das Demonstrações Contábeis



Análise por Índices



Análise por Índices



Análise por Índices



Outras Análises e Modelos



Outras Análises e Modelos



Outras Análises e Modelos



Análise de Balanços Públicos



Análise de Balanços Públicos



Análise de Balanços Públicos

 **d /concursos**